COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.821, DE 2011

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autor: Deputado Ronaldo Zulke

Relator: Deputado Luiz Couto

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe pretende incluir trecho rodoviário localizado no Estado do Rio Grande do Sul no Plano Nacional de Viação. Segundo a iniciativa, os pontos de passagem da nova rodovia BR seriam: entroncamento da BR-248 com a BR-386; entroncamento com a RS-240; entroncamento da BR-116 com a RS-239.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Viação e Transportes.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária, na forma prevista no Regimento Interno.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso IV, alínea a, do Regimento Interno, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o projeto de lei quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa da União (art. 22, inciso IX) e às atribuições normativas do Congresso Nacional. Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima sua apresentação por parte de parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Igualmente constatamos que o projeto respeita princípios e regras da Constituição em vigor e está de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

A técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.821, de 2011.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2012.

Deputado Luiz Couto
Relator